

Bloco lamenta que governo recuse dar resposta às reivindicações dos técnicos de diagnóstico para anos de 2004 a 2008

O Bloco de Esquerda lamenta a rejeição no parlamento, pelos partidos que integram e que suportam o governo, da proposta para assegurar justiça e equidade para os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica. Alexandra Manes aponta a incoerência do secretário regional da Saúde, que diz ter fechado acordo com os sindicatos relativamente à atribuição de pontuação para efeitos de progressão na carreira, mas não só o acordo ainda não está formalmente assinado, como é o próprio secretário regional que afirma que os anos de 2004 a 2008 vão ser negociados em reuniões futuras.

O Bloco de Esquerda lamenta que o secretário regional da Saúde tenha perdido oportunidade para assumir o compromisso de dar resposta à reivindicação dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica para a atribuição de dois pontos por ano, entre 2004 e 2008, para efeitos de progressão na carreira.

Em resposta às declarações do secretário regional da Saúde, que afirmou recentemente que a porta para atribuição de dois pontos entre 2004 e 2008 não estava aberta, nem fechada, estava “entreaberta”, Alexandra Manes disse rezear que “uma rajada de vento feche definitivamente a porta”, e por isso, considerou que a aprovação da proposta do Bloco de Esquerda que determinava o aumento da pontuação atribuída por ano a todos os TSDT, independentemente do seu vínculo laboral, no âmbito do descongelamento da carreira, em negociação com as estruturas representativas dos trabalhadores, seria importante para mandar o governo para prosseguir as negociações com os sindicatos referentes aos anos de 2004 a 2008.

Recorde-se que entre 2004 e 2008, outras carreiras profissionais na área da saúde, como enfermeiros e médicos, tiveram a atribuição de 2 pontos por ano para efeitos de progressão na carreira, e a reivindicação dos TSDT é que lhes seja atribuído o mesmo valor.

Infelizmente, o secretário regional da Saúde escudou-se no problema informático que atingiu o Hospital de Ponta Delgada para adiar o diálogo com os sindicatos.

No passado mês de março, foi debatida no parlamento uma proposta do CDS para a atribuição de 1,5 pontos por ano a estes profissionais, mas só a partir de 2009. A proposta do Bloco de Esquerda que acabou por ser rejeitada ontem, pretendia abranger também este período.

“É da mais elementar justiça atribuir dois pontos por cada ano de serviço, entre 2004 e 2008, tal com aconteceu em outras carreiras da área da saúde, nomeadamente com médicos e enfermeiros”, defendeu a deputada do Bloco de Esquerda.

Horta, 16 de julho de 2021
